

Portas abertas

Com a formalização do refinanciamento da dívida externa brasileira por trezentos bancos credores, à frente o Citibank, o Brasil reincorpora-se ao sistema financeiro internacional e estabelece novo conceito para administração de seus passivos em aberto. A importância refinaciada, da ordem de 82 bilhões de dólares, não impressiona tanto pelo seu valor, sem dúvida de grande expressão no conjunto dos recursos em sítio no mercado financeiro mundial. Mas por corresponder a uma atitude de plena confiança na capacidade de o País reerguer-se acima de suas graves turbulências econômicas e determinar-se na busca obstinada do reequilíbrio nas contas externas.

Em dia, pois, com os seus compromissos na esfera do crédito internacional, principalmente quanto à satisfação dos juros, pode o Brasil doravante operar sua participação nas relações multilaterais em condições superiores de credibilidade. O acordo afinal celebrado com os bancos credores talvez não tenha sido o mais justo quanto aos interesses nacionais, mas seguramente foi a conquista possível numa situação crítica de adversidade. O próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, principal artífice do entendimento, reconhece que os

atuais termos de administração da dívida externa geram pressões bastante significativas sobre o processo inflacionário interno. Tanto que já estão em pauta alterações para retificar os aspectos negativos da conversão de parte dos débitos em investimentos de riscos.

Seja como for, o importante é que o Brasil reabre portas solidárias em sítios até há pouco hostis, acontecimento que já lhe valeu, embutido no refinanciamento, 5,2 bilhões de dólares em novos empréstimos para resgate de juros, além de crédito, rotativo interbancário da ordem de quinze bilhões de dólares, a ser destinado ao financiamento das exportações brasileiras.

A normalização das contas externas sucede em uma hora bastante favorável, devido ao notável desempenho da balança comercial, que deverá encerrar o exercício com dezoito bilhões de dólares de saldo. Só falta agora, por parte dos tradicionais prestadores de capital, uma compreensão mais nítida sobre o potencial econômico do Brasil, de modo que a remessa de recursos ao exterior, à conta da dívida externa, seja compensada com a entrada no País de quantias equivalentes em investimentos de risco.